

SUMÁRIO

T O M O I

Siglas..... 19

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	23
2. Definição e natureza jurídica	24
3. Competência legislativa	24
4. Princípios.....	26
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	26
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	27
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	27
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	28
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	29
4.6. Diversidade da base de financiamento.....	30
4.7. Gestão quadripartite.....	31
4.8. Solidariedade.....	31
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	32
4.10. Orçamento Diferenciado	34
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	34
5. Assistência social	35
5.1. Introdução	35
5.2. Definição.....	36
5.3. Objetivos	36
5.4. Princípios	36
5.5. Diretrizes.....	37
5.6. Organização e gestão	37
5.7. Benefício do amparo assistencial da pessoa idosa ou pessoa com deficiência carente (BPC/LOAS)	41
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário	145
5.9. Seguro-Desemprego	147
5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal	155

5.11. Auxílio extraordinário aos pescadores da Região Norte em decorrência da estiagem de 2023	178
5.12. Outros benefícios assistenciais.....	180
5.13. Auxílio-emergencial (COVID-19)	181
5.14. Auxílio-inclusão.....	184



Vídeo..... 187

6. Saúde	188
6.1. Introdução	188
6.2. Definição e natureza jurídica	192
6.3. O Sistema Único de Saúde.....	193
6.4. Princípios.....	195
6.5. Acordos Internacionais	196
7. Previdência Social.....	200
7.1. Introdução	200
7.2. Evolução histórica mundial.....	201
7.3. Evolução histórica no Brasil	202
7.4. Definição e abrangência.....	219
7.5. Classificação dos sistemas previdenciários	219
7.6. Planos previdenciários brasileiros	220
7.6.1. Planos básicos.....	221
7.6.2. Planos complementares.....	223
8. O Direito Previdenciário	224
8.1. Autonomia	224
8.2. Definição.....	224
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	224
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	225
9. Pilares da Proteção Social no Brasil	230

2

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	231
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	233
3. Contribuições em espécie.....	234
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.....	236
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física	

que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	236
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	236
3.1.3. Incidentes sobre o lucro	240
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social	240
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	241
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	241
4. Arrecadação.....	243
5. Imunidade	244
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	251
7. Constituição do crédito securitário.....	252
8. Progressividade.....	254
9. Moratória, parcelamento, anistia e remissão	254
10. Decadência e prescrição	255
11. Simples Nacional	257

TÍTULO II

DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	261
2. Cobertura.....	262
3. Legislação de regência.....	263
4. Administração.....	263
5. Sistemática.....	264
6. Características.....	264
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	264
7.1. Conselho Nacional da Previdência Social.....	265
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	266
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS)	271

2




PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	275
2. Princípio da Contributividade	275
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	276
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	276
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	277
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	277

7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	278
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	279
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios	279
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo	280
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	281
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	281
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	281
14. Princípio da Responsabilidade	282
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	283
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	283
17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	284
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	284
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	285



3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	287
2. Segurados obrigatórios	288
2.1. Segurado empregado.....	291
 Vídeo.....	294
2.2. Segurado empregado doméstico.....	315
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	316
2.4. Segurado especial.....	319
 Vídeo.....	355
2.5. Segurado contribuinte individual.....	397
3. Segurados facultativos.....	415
4. Filiação.....	417
 Vídeo.....	419
5. Inscrição.....	425

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição	433
 Vídeo.....	434
2. Limites.....	436
3. Complementação, agrupamento e transferência do excedente dos salários de contribuição	456
4. Delimitação	521
5. Composição.....	526
 Vídeo.....	528

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	547
2. Natureza jurídica	547
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	549
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	550
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	550
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	555
4.3. Segurado especial	572
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	576
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	578
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais	595
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho	597
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	600
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	603
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	605
7.1. Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional	605
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	606
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	612
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	614
9. Arrecadação.....	639
10. Parcelamento.....	651
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento....	652
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra	652
13. Hipóteses de responsabilização solidária	655
13.1. Construção civil.....	657
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico....	658
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	658
13.4. Administração Pública.....	658
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	659
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados	659
13.7. Oficial de Cartório e contratantes	659
13.8. Trabalho temporário	659
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	660
15. Certidão negativa de débito	663
16. Obrigações acessórias da empresa.....	665
17. Das infrações administrativas.....	668
18. Códigos de receita de contribuição previdenciária (GPS)	669






6



ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução	695
2. Definição de acidente de trabalho.....	696
3. Doenças equiparadas (ocupacionais)	697
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	787
5. Reconhecimento	788
6. Segurados cobertos.....	798
7. Prescrição dos benefícios acidentários	799
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	799
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	803
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente	804

7







REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS





1. Espécies de prestações previdenciárias.....	819
2. Classificação das prestações previdenciárias	821
3. Dependentes dos segurados	822
3.1. Classe I	826
 Vídeo.....	839
3.2. Classe II.....	851
3.3. Classe III	853
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca.....	854
 Vídeo.....	907
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	924
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça	935
 Vídeo.....	938
7. Período de carência	972
 Vídeo.....	995
8. Fator previdenciário	1006
 Vídeo.....	1009
9. Salário de benefício na Lei 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).....	1017
9.1. Microfichas do antigo INPS	1176
10. Salário de benefício na Emenda 103/2019	1179

11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	1186	4.2. Aposentadoria especial das pessoas com deficiência	1535
12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	1190	5. Regras de transição das aposentadorias – emenda 103/2019.....	1548
12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	1190	5.1. Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1549
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	1191	5.2. Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1553
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	1192	5.3. Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1555
12.4. Lei Complementar 11/1971.....	1192	5.4. Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1556
12.5. Lei 5.890/1973	1193	5.5. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1558
12.6. Lei 6.179/1974	1193	5.6. Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1559
12.7. Lei 6.210/1975	1193	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	1561
12.8. Lei 6.260/1975	1193	 Vídeo.....	1628
12.9. Lei 6.367/1976	1195	7. Salário-família.....	1633
12.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	1196	8. Salário-maternidade.....	1637
12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	1196	 Vídeo.....	1641
12.12. Emenda 20/1998	1197	9. Auxílio-acidente.....	1673
12.13. Emenda 103/2019.....	1198	10. Pensão por morte.....	1698

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez)	1208	11. Auxílio-reclusão.....	1765
 Vídeo.....	1225	12. Abono anual	1800
 Vídeo.....	1229	13. Serviço social.....	1801
2. Aposentadorias voluntárias.....	1251	14. Habilitação e reabilitação profissional.....	1816
2.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	1255	15. Benefícios especiais	1821
 Vídeo.....	1276	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 5.698/1971.....	1822
2.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais	1282	15.2. Pensão especial do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 8.059/1990.....	1825
2.3. Aposentadoria por idade híbrida.....	1306	15.3. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político, reparação pecuniária e anistiados das Leis 8.632/1993 e 11.282/2006.....	1826
3. regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima.....	1319	15.4. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	1833
4. Aposentadorias especiais.....	1322	15.5. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	1835
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	1324		
 Vídeo.....	1345		
 Vídeo.....	1434		
 Vídeo.....	1487		

15.6. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru	1840	 Vídeo	1863
15.7. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase	1840	1.1. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”).....	1886
15.8. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970..	1843	1.2. Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade (Programa Especial)	1893
15.9. Pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus	1844	1.3. Procedimento para recuperação de créditos do INSS em decorrência de saques indevidos após o óbito de titular de benefício.....	1894
15.10. Pensão vitalícia: contaminados em Goiânia pelo Césio-137	1845	1.4. Procedimento geral para recuperação de créditos do INSS	1901
15.11. Pensão especial em favor de órfãos na situação de crime de feminicídio	1846	1.5. Programa de Monitoramento do Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Complemento Positivo (CP)	1905
15.12. Pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez	1848	2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária	1912
16. Benefícios extintos.....	1849	3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento	1922
16.1. Auxílio-natalidade.....	1849	3.1. Prescrição quinquenal.....	1923
16.2. Auxílio-funeral.....	1849	 Vídeo	1926
16.3. Pecúlio.....	1849	3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários	1948
16.4. Abono de Permanência em Serviço	1850	 Vídeo	1966
16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	1850	3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário	1967
16.6. Auxílio-suplementar.....	1851	3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019	1968
16.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta	1851	 Vídeo	1970
16.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1855	4. Reajustamento da renda mensal inicial	1972

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios E programas de revisão 1857


SUMÁRIO

T O M O II

5. Acumulação.....	11	6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	287
6. Descontos legalmente autorizados.....	25	7. Disposições diversas.....	289
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	61	8. Processo de justificação administrativa.....	289
8. Direito Adquirido.....	62	9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	294
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	75	10. Súmulas administrativas do inss.....	295
10. Despensão.....	91	11. Autocomposição preventiva em requerimentos previdenciários firmados com o INSS/AGU.....	295
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União.....	93		
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada.....	101		
13. Complementação de aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do departamento de correios e telégrafos.....	102		
14. Dano moral previdenciário.....	102		
15. Planejamento previdenciário da aposentadoria voluntária.....	110		

10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO


1. Definição e fases.....	113	1. Competência jurisdicional.....	297
2. Fase inicial.....	116	1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal.....	297
3. Fase instrutória.....	128	1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual.....	299
4. Fase decisória.....	205	1.3. Competência estadual por delegação.....	309
4.1. Automação nas decisões administrativas (“robô do INSS”).....	210	2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio.....	313
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da previdência social).....	219	3. As prerrogativas do inss em juízo.....	318
5.1. Recurso Ordinário e Recurso Especial ..	223	4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento.....	327
5.2. Procedimento recursal.....	231	 Vídeo.....	348
5.3. Dos prazos recursais.....	236	5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação.....	356
5.4. Das intimações.....	237	6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	357
5.5. Enunciados e resoluções do CRPS.....	237	7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	361
5.6. Reclamação ao CRPS.....	249	8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias.....	363
5.7. Embargos de declaração.....	273	9. Ação civil pública previdenciária.....	367
5.8. Desistência do recurso administrativo e propositura de ação judicial.....	273	9.1. Listagem das ações civis públicas previdenciárias e assistenciais.....	372
5.9. Matéria médica.....	275	10. Intervenção do Ministério Público.....	610
5.10. Revisão de acórdão.....	275	11. Custas processuais.....	610
5.11. Conflitos de competência, conexão, continência e impedimento de julgador.....	277	12. Coisa julgada nas lides previdenciárias.....	611
5.12. Processo digital.....	278	13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários.....	616
5.13. Temas finais.....	286		

11

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

14. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	627
14.1. Regras gerais.....	627
14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)....	634
14.3. Quesitação em perícia previdenciária....	638
15. Pedido nas ações previdenciárias	642
16. Recurso especial e repetitivo.....	645
17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo.....	651
18. Ação rescisória previdenciária.....	653
19. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	656
20. Sucessão processual em caso de morte do autor	663
21. Mandado de segurança em matéria previdenciária	668

12**PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do código de processo civil de 2015.....	679
2. Critérios de competência: valor da causa e outros.....	682
3. Propositura da ação e sua desistência.....	691
4. Assistência judiciária gratuita.....	693
5. O inss e os seus representantes judiciais.....	694
6. Citação e contestação	694
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo	695
8. Vedação à intervenção de terceiros.....	697
9. Contagem dos prazos.....	697
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento	698
11. Conciliação.....	702
12. Prova pericial	707
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação	709
14. Custas processuais e honorários advocatícios ..	720
15. Sentença	720
16. Embargos de declaração	723
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração).....	733
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação).....	743
 Vídeo.....	747
19. Procedimento no stj (incidente, agravo e embargos de declaração).....	761
20. Procedimento no stf (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração).....	766
21. Coisa julgada	767
22. Fase de execução.....	772


23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais	775
---	-----

13**REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77)	791
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79)	793
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos).....	794
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988).....	796
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)	797
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144 da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	798
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	809
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	809
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	810
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”)	811
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	812
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94).....	814
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	818
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	819
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	822
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91)	823
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao	

2

**REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS,
DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**

1. Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente)	1204
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais	1210
3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1210
4. Aposentadoria especial	1213
5. Pensão por morte.....	1231
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1237
6.1. Auxílio-doença	1237
6.2. Salário-família	1237
 Vídeo.....	1238
6.3. Salário-maternidade	1238
6.4. Auxílio-reclusão.....	1240
7. Abono de permanência.....	1241
8. Regras de transição.....	1246
8.1. Direito adquirido	1247
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º da Emenda 41/2003	1249
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º da Emenda 47/2005	1251
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1254
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1256
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público	1259

3

**DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO**

1. Introdução	1263
2. Segurados.....	1264
3. Custeio	1265
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	1268
4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1268
4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	1305
4.3. Auxílio-natalidade	1348
4.4. Salário-família	1348
4.5. Licença para tratamento de saúde	1348
4.6. Licença à gestante	1349
4.7. Licença à adotante	1350
4.8. Licença-paternidade.....	1350
4.9. Licença por acidente de serviço.....	1350
4.10. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes	1351

4.11. Auxílio-funeral.....	1351
4.12. Auxílio-reclusão	1351
5. Direito adquirido e regras de transição à luz da emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais	1352
5.1. Direito adquirido	1352
5.2. Artigo 4º – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1362
5.3. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	1367
5.4. Artigo 5º – aposentadorias – regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	1369
5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional	1402
6. Abono de permanência: regras permanentes e de transição	1407
7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo	1409
8. Gestão de benefícios e a competência jurisdicional nas ações envolvendo o RPPS federal	1412

4

**DO REGIME PREVIDENCIÁRIO
DOS MILITARES DA UNIÃO**

1. Introdução	1417
2. Inatividade remunerada.....	1420
3. Pensão por morte.....	1422

**TÍTULO IV
DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

1


**REGIME COMPLEMENTAR
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS EFETIVOS**

1. Disposições constitucionais e regimes criados.....	1433
---	------

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução	1445
2. Características Gerais.....	1445

 Vídeo.....	1449
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	1459
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios.....	1466
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	1487
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados.....	1488
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	1491
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	1494
9. Regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional.....	1500

3

**REGIME DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES
PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1. Introdução.....	1505
2. Entidades fechadas – FUNPRESPs.....	1509
3. Plano de benefícios.....	1512
4. Benefício especial (BE).....	1514
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias.....	1528
6. Recursos garantidores.....	1531
7. Controle e fiscalização.....	1531
8. Vigência do regime previdenciário.....	1532

**TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL**

1

PRINCIPAIS DELITOS

1. Apropriação indébita previdenciária.....	1535
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1544
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	1548
4. Estelionato previdenciário.....	1551
5. Crimes praticados contra as pessoas com deficiência.....	1553

APÊNDICES

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo.....	1557
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LEGISPREV.....	1587
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público	

da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1617
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1649
Apêndice 5 – Questões de Ordem da TNU.....	1661
Apêndice 6 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	1667
Apêndice 7 – Regimento interno da TNU.....	1679
Apêndice 8 – Regimento Interno do CRPS.....	1687
Apêndice 9 – Normas Técnicas sobre tempo especial.....	1735
1. NR 15 - atividades e operações insalubres.....	1736
2. Anexo I da NR 15 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente.....	1737
3. Anexo II da NR 15 - limites de tolerância para ruídos de impacto.....	1737
4. Anexo IV - Revogado.....	1739
5. Anexo V da NR 15 – radiações ionizantes.....	1739
6. Anexo VI da NR 15 - trabalho sob condições hiperbáricas.....	1740
7. Anexo VII da NR 15 – radiações não ionizantes.....	793
8. Anexo VIII da NR 15 – vibração.....	1793
9. Anexo IX da NR 15 - frio.....	1794
10. Anexo X da NR 15 - umidade.....	1794
11. Anexo XI da NR 15 – agentes químicos com limite de tolerância.....	1794
12. Anexo XII da NR 15 – limite de tolerância para poeiras minerais.....	1799
13. Anexo XIII da NR 15 – agentes químicos.....	1805
14. Anexo XIII-A da NR 15 - benzeno.....	1814
15. Anexo XIV da NR 15 – agentes biológicos.....	1816

**AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
OCUPACIONAL AO RUÍDO - NHO 01**

1. Objetivo.....	1817
2. Aplicação.....	1817
3. Referências normativas.....	1817
4. Definições, símbolos e abreviaturas.....	1817
5. Critérios de avaliação da exposição ocupacional ao ruído.....	1820
6. Procedimentos de avaliação.....	1828
7. Relatório.....	1841
8. Objetivo.....	

**DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO
RADIOLÓGICAS**

1. Objetivo e campo de aplicação.....	1855
2. Generalidades.....	1855
3. Definições e siglas.....	1856
4. Responsabilidades gerais em práticas e intervenções.....	1861

5.	Requisitos para práticas	1863
6.	Requisitos para intervenção	1871
7.	Disposições transitórias	1873

Apêndice 10 – Enunciados da I Jornada de Direito da Seguridade Social do STJ/CJF	1957
--	------

REFERÊNCIAS	1989
--------------------------	-------------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1991
--	-------------